



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 7, DE 2018**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017, que Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Elmano Férrer

**RELATOR:** Senador Waldemir Moka

29 de Maio de 2018

## PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017 (nº 3.236/2012, na Casa de origem), do Deputado Zé Silva, que *dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.*

Relator: Senador **WALDEMIR MOKA**

### I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 151, de 2017, (nº 3.236/2012, na Casa de origem), do Deputado Zé Silva, que *dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.*

O PLC tem apenas dois artigos. O art. 1º contém a parte normativa da Proposição, que altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 2008, para estabelecer que a individualização dos contratos coletivos de financiamento celebrados junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária e ao Programa Cédula da Terra é condicionada à decisão da maioria dos beneficiários de cada associação, obrigando a todos. A redação atual da Lei, condiciona a individualização dessas operações à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento.

O art. 2º estabelece a vigência da futura Lei a partir de sua publicação.

SF/18904.83218-87

Na Justificação, em breve síntese, o autor da Proposição argumenta que a redação atual da Lei impede que mais da metade dos projetos do crédito fundiário seja individualizada e favorece minorias desinteressadas no adimplemento do contrato, prejudicando os demais associados. A medida proposta, ao dar a oportunidade de que as associações beneficiárias combatam o comportamento oportunista de uma minoria de associados, contribuiria, portanto, para a redução da inadimplência, uma vez que cada família seria responsável por sua própria dívida.

Na Câmara dos Deputados, a Proposição foi distribuída para apreciação conclusiva das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); logrando aprovação sem emendas, salvo para aperfeiçoamento da redação.

No Senado Federal, o PLC foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram recebidas emendas ao PLC nº 151, de 2017, nesta Comissão.

## II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à política de investimentos e financiamentos agropecuários e endividamento rural, por força do inciso X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Nesse sentido, cabe registrar que é meritório o PLC nº 151, de 2017, por tornar efetiva a possibilidade de individualização dos contratos coletivos de financiamento junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e no âmbito do Acordo de Empréstimo 4147-BR.

A norma atual, ao permitir que um único associado contrário tenha poder para vetar a individualização dos contratos, incentiva a existência de comportamentos oportunistas de uma minoria que acaba por prejudicar a grande maioria dos trabalhadores rurais beneficiários desses programas.

SF/18904.83218-87

O Autor da Proposição, Deputado Zé Silva, assevera, com correção, na Justificação do Projeto de Lei, que o dispositivo atualmente vigente é antidemocrático, pois não respeita a decisão da maioria. É fundamental, portanto, que se respeitem as decisões tomadas por maioria nas assembleias das associações e cooperativas de beneficiários.

A opção de individualizar os contratos não traz qualquer prejuízo ao mutuante, que continua a contar com garantia real hipotecária sobre a parcela do imóvel que cabe a cada mutuário, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 12.775, de 2008.

Também não há prejuízos para os mutuários, pois a opção pela individualização deve respeitar a decisão da maioria, sendo que nenhum deles será obrigado a arcar com nenhuma dívida adicional. Apenas aquela pela qual já são responsáveis.

Dessa forma, o PLC nº 151, de 2017, contribui para oferecer uma solução para os projetos em que os beneficiários, por maioria, vislumbrem a individualização como melhor solução para o desenvolvimento do empreendimento financiado.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2018.

Senador ELMANO FÉRRER, Presidente

Senador WALDEMIRO MOKA, Relator

SF/18904.83218-87



**Relatório de Registro de Presença**  
**CRA, 29/05/2018 às 11h - 15<sup>a</sup>, Extraordinária**  
**Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

| <b>MDB</b>       |                  |                    |
|------------------|------------------|--------------------|
| <b>TITULARES</b> | <b>SUPLENTES</b> |                    |
| WALDEMAR MOKA    | <b>PRESENTE</b>  | 1. ROSE DE FREITAS |
| ELMANO FÉRRER    | <b>PRESENTE</b>  | 2. ROMERO JUCÁ     |
| VALDIR RAUPP     | <b>PRESENTE</b>  | 3. VAGO            |
| DÁRIO BERGER     |                  | 4. VAGO            |

| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)</b> |                  |                    |
|---|------------------|--------------------|
| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b> |                    |
| FÁTIMA BEZERRA  | <b>PRESENTE</b>  | 1. ÂNGELA PORTELA  |
| PAULO ROCHA   | <b>PRESENTE</b>  | 2. GLEISI HOFFMANN |
| REGINA SOUSA  | <b>PRESENTE</b>  | 3. HUMBERTO COSTA  |
| ACIR GURGACZ  |                  | 4. PAULO PAIM      |
|   |                  | <b>PRESENTE</b>    |

| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b> |                  |                    |
|---|------------------|--------------------|
| <b>TITULARES</b>                              | <b>SUPLENTES</b> |                    |
| DALIRIO BEBER                                 | <b>PRESENTE</b>  | 1. FLEXA RIBEIRO   |
| EDUARDO AMORIM                                |                  | 2. DAVI ALCOLUMBRE |
| RONALDO CAIADO                                | <b>PRESENTE</b>  | 3. VAGO            |

| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b> |                  |                  |
|--|------------------|------------------|
| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b> |                  |
| LASIER MARTINS   | <b>PRESENTE</b>  | 1. JOSÉ MEDEIROS |
| IVO CASSOL   | <b>PRESENTE</b>  | 2. ANA AMÉLIA    |

| <b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)</b> |                  |         |
|---|------------------|---------|
| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b> |         |
| LÚCIA VÂNIA   | <b>PRESENTE</b>  | 1. VAGO |
| VAGO  |                  | 2. VAGO |

| <b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b> |                  |                  |
|---|------------------|------------------|
| <b>TITULARES</b>                                | <b>SUPLENTES</b> |                  |
| WELLINGTON FAGUNDES                             |                  | 1. TELMÁRIO MOTA |
| RODRIGUES PALMA                                 | <b>PRESENTE</b>  | 2. PEDRO CHAVES  |
|   |                  | <b>PRESENTE</b>  |

**Não Membros Presentes**

JOSÉ PIMENTEL  
ATAÍDES OLIVEIRA

**DECISÃO DA COMISSÃO**  
**(PLC 151/2017)**

NA 15<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CRA REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR WALDEMIR MOKA, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CRA, FAVORÁVEL AO PLC 151/2017.

29 de Maio de 2018

Senador ELMANO FÉRRER

Presidiu a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma  
Agrária